

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

DATA: 10/05/2023

PARECER CEE/CES Nº 103/23

APROVADO EM 06/11/23

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

INTERESSADA: ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ (ESPC)

MUNICÍPIO: CURITIBA

ASSUNTO: Pedido de credenciamento institucional da Escola Superior de Polícia Civil do Paraná (ESPC), mantida pela Polícia Civil do Paraná, para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, exclusivamente na área de Segurança Pública.

RELATOR: AURÉLIO BONA JUNIOR

EMENTA: Recredenciamento institucional pelo prazo de 05 (cinco) anos, de 12/11/23 a 11/11/28. Atendimento à Deliberação CEE/PR n.º 06/20. Parecer favorável com determinação e recomendação.

I – RELATÓRIO

A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), por meio do ofício CES/GAB/Seti n.º 673/23 (fl. 675) e Informação Técnica n.º 74/23-CES/Seti (fls. 673 a 674), ambos de 05/09/23, encaminhou o expediente da Escola Superior de Polícia Civil do Paraná (ESPC), mantida pelo Governo do Estado do Paraná, a qual solicitou o credenciamento institucional para a oferta em nível de pós-graduação *lato sensu* de cursos de especialização na área de Segurança Pública, mediante o Ofício n.º 126/23, de 10/05/23 (fls. 02).

A Escola Superior de Polícia Civil do Paraná (ESPC) foi credenciada por meio do Decreto Estadual n.º 3656, de 12/11/08, para a oferta em nível de pós-graduação *lato sensu*, de cursos de especialização, exclusivamente na área da Segurança Pública.

A instituição obteve o credenciamento por meio do Decreto Estadual n.º 1411/19, de 15/05/19, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir de 12/11/18 a 11/11/23, com fundamento no Parecer CEE/PR n.º 10/19, de 19/03/19.

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

1.1 Oferta de cursos *Lato Sensu* (fls. 488 a 489)

Os cursos de pós-graduação ofertados pela ESPC objetivam desenvolver nos servidores da PCPR as competências de gerenciamento e atividades policiais, de investigação policial e suas vertentes, além de planejar e gerir os recursos organizacionais aplicados na defesa e proteção da cidadania e da sociedade de maneira sistêmica e estratégica.

Além disso, estes cursos visam contribuir com uma estrutura curricular e pedagógica que enfatize a articulação entre interdisciplinaridade e transversalidade na busca de conhecimento atualizado, domínio da metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo de atuação profissional da Polícia Civil. Nesta perspectiva, dentre os benefícios de se ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu* na ESPC, citam-se:

- Valorização e destaque no ambiente da PCPR;
- Capacidade para resolução de problemas complexos no setor da segurança pública;
- Valorização para o setor de educação na área da segurança pública;
- Valorização para a segurança pública oferecendo à sociedade e demais setores da persecução criminal serviços de melhor qualidade em geral; e
- Possibilidade de desenvolvimento de projetos inovadores e aplicáveis às necessidades da segurança pública.

3.5.1 Estrutura dos projetos pedagógicos dos cursos de pós-graduação

O projeto político-pedagógico dos cursos de pós-graduação também deve estar alinhado ao perfil do policial que a PCPR deseja formar e ao perfil próprio de cada área de formação. Os projetos de execução dos cursos de pós-graduação definem os objetivos e metodologia adotada, sendo o Manual do Aluno a base para sua formulação, e são elaborados pelo Setor de Planejamento da ESPC, em conjunto com a Direção. Após, é submetido à aprovação pelo Conselho da Polícia Civil, que autoriza a sua execução.

Atualmente, a ESPC planeja disponibilizar aos servidores policiais civis os seguintes cursos de Pós-graduação:

- Curso de pós-graduação *lato sensu* em “Teoria da Justiça e Decisão Moral de Policiais” (Projeto aprovado pelo Conselho da PCPR e em fase de execução);
- Curso de pós-graduação *lato sensu* em “Investigação de Feminicídio” (Projeto em fase de planejamento e elaboração);
- Curso de pós-graduação *lato sensu* em “Investigação de crimes de roubo/tráfico de obras de arte” (Projeto em fase de planejamento e elaboração); e
- Curso de Pós-graduação *lato sensu* em “Planejamento na área da segurança pública” (Projeto em fase de planejamento e elaboração).

Trata-se de especializações científicas, com disciplinas eminentemente teóricas. Cada disciplina contará com estudo, análise e discussão de bibliografia especializada, além do debate de casos práticos, conforme a necessidade de cada área do saber. As aulas poderão ser acompanhadas de debates, dinâmicas de grupo, seminários, estudos de casos, oficinas de gestão, projeto de análise e intervenção organizacional para suporte metodológico de pesquisa.

A previsão é que a ESPC ofereça anualmente no mínimo uma edição de curso de pós-graduação, conforme a disponibilidade de espaço físico e recursos humanos. Novas edições e novos temas poderão ser previstos, sendo que outros assuntos de interesse da PCPR poderão ser oportunizados. A carga horária média de cada curso é de 360 horas, distribuídas ao longo de um ano.

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

1.2 Integração entre os cursos ofertados (fl. 491 e 492)

Os cursos disponibilizados pela ESPC aos policiais civis do Estado do Paraná objetivam uma constante atualização e aperfeiçoamento da profissão, visando também capacitar e especializar os servidores para atuar com excelência na resolução de crimes e demais áreas inerentes à polícia judiciária.

Os cursos ofertados pela ESPC integram-se da seguinte maneira:

- Inicialmente, ao ingressar na instituição, o policial civil deve participar com aproveitamento positivo do curso de formação técnico-profissional específico para sua carreira; além de receber instruções sobre matérias práticas relativas ao tema, o novo servidor recebe capacitação teórica para atuar nas diversas unidades da PCPR em todo o Estado.
- Ao longo da carreira, este policial civil é incentivado a continuar seus estudos e manter constante atualização face às novas tecnologias e armamentos existentes. Portanto, os cursos de atualização técnico profissional fornecem este suporte tanto teórico quanto prático, a fim de que haja uma renovação de conhecimentos cíclica e constante do policial.
- Para os Delegados de Polícia, os cursos de aperfeiçoamento para a promoção, mais do que meramente obrigatórios, auxiliam na busca pela evolução de conhecimento profissional que advém do progresso nas classes.
- Além disso, a oferta contínua e abrangente de cursos avançados, que objetivam padronizar procedimentos nas diversas unidades especializadas da instituição, permitem que o conhecimento seja disseminado para um número maior de policiais civis, de forma a aprimorar os métodos empregados e qualificar os servidores para atuar de forma eficiente nos diversos setores da PCPR.
- Outrossim, os cursos de pós-graduação fornecidos para todas as carreiras permitem que discussões científicas sejam realizadas pelos alunos, pois as áreas temáticas de conhecimento aqui propostas são de fundamental importância para a evolução da qualidade nas atividades desempenhadas pela PCPR.

1.3 Descrição Consubstanciada da atuação da ESPP na implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) apresentado no último credenciamento 2018-2023 (fls. 03 a 26)

APRESENTAÇÃO

O novo não é desconexo, o conhecimento não “dá saltos” e as inovações partem de uma construção anterior. Daí advém a importância deste descritivo, que verifica a participação ativa na implantação de Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, construído para embasar todas as atividades do estabelecimento a que se refere.

A tarefa apresenta-se mais desafiadora em instituições como a Escola Superior de Polícia Civil – ESPC, em que a alternância de corpo diretivo – 5 gestões em 5 anos – dificulta o resgate à íntegra do processo evolutivo da academia.

O estudo do processo de implantação do PDI anterior, apontou resultado positivo e tal constatação torna-se mais relevante frente ao período pandêmico enfrentado, cujas dificuldades foram superadas, mediante a adoção de estratégias adaptativas, como a oferta de aulas no formato de ensino à distância (EaD).

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

O ineditismo de um curso de formação técnico-profissional com mais de 400 alunos, policiais civis recém-ingressos nas carreiras de Delegado de Polícia, Investigador de Polícia, Escrivão de Polícia e Papiloscopista, igualmente demandou esforços e resiliência por parte das equipes da ESPC.

A título de exemplo, para disponibilizar o curso de formação a todos os nomeados, de forma concomitante, foram realizadas parcerias com Centros Universitários (UniCuritiba e UniCesumar) e, assim, superada a limitação das dependências físicas desta unidade de ensino, com capacidade para, aproximadamente, 200 (duzentos) alunos. Metade dos discentes permaneceu uma semana na ESPC, onde receberam instruções práticas (como uso legal da arma de fogo e defesa pessoal), enquanto a outra deslocava-se a uma das universidades, assistindo aulas teóricas; havendo a inversão do quadro, na semana posterior.

De qualquer maneira, a comparação entre os cenários pretéritos e atuais indica tendência à melhora e ao aperfeiçoamento de rotinas de gestão, processos didático-pedagógicos e metodologias empregadas, será exposto neste descritivo.

MÉTODO COMPARATIVO UTILIZADO

Ao analisar o documento objeto de comparação – Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2023 – foi possível identificar os objetivos/metasp aqui reproduzidos e que, embora sejam de inquestionável relevância, possuem características subjetivas:

- I. Contribuir para a administração pública: esta meta está voltada ao fortalecimento da administração pública, construída a partir dos resultados, avaliações institucionais de ensino, pesquisa e extensão voltados para a polícia judiciária.
 - II. Disseminar os conhecimentos obtidos na formação dos servidores.
 - III. Promover as ações educativas, a partir das ofertas de cursos de especialização, formação, aperfeiçoamento, treinamento, atualização e capacitação permanentes de policiais civis.
 - IV. Adequar às necessidades dos diferentes segmentos da segurança pública.
 - V. Estimular o desenvolvimento de pesquisas e publicações na área afim.
 - VI. Aplicar rotinas de alinhamento e avaliação dos corpos docente e discente, escola, servidores, colaboradores e prestadores de serviços.
 - VII. Revitalizar o espaço físico e modernizar os recursos tecnológicos.
 - VIII. Constituir recursos humanos capacitados e formados para melhor funcionalidade e dinamização das atividades administrativas e institucionais.
- A leitura do recém construído Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023-2028 revela que tais metas foram cumpridas pelas gestões e equipes de funcionários da ESPC, contando com a contribuição dos docentes que passaram pela unidade de ensino, durante o período de interesse. Ademais, com vistas a aprofundar a análise das alterações realizadas na ESPC entre os anos de 2018 e 2023, apresentar-se-á como referencial teórico mais objetivo o Descritivo de implantação do PDI 2018-2023. As informações mais atualizadas, que confrontarão os dados pretéritos, foram buscadas em arquivos e projetos elaborados por esta ESPC.

1 REFERENCIAL: DESCRITIVO DE IMPLANTAÇÃO DO PDI 2018-2023

O documento a ser utilizado como referencial comparativo é a *Descrição consubstanciada de sua atuação na implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) apresentado por ocasião de seu último credenciamento*, prevista no item “2”, do Anexo II, da Deliberação nº 06/20 – CEE/PR (CEE/PR, 2020).

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

Responsáveis por sua elaboração segregaram as informações por categorias, que serão observadas nesta análise, para facilitar a identificação de pontos de avanço, manutenção ou retração.

1.1 QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE DA ESPC NA ÁREA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Com a nova matriz curricular adotada pela ESPC, os cursos de pós-graduação a serem ofertados passaram a aliar as competências de gerenciamento e atividades policiais à defesa e proteção da cidadania e da sociedade, de maneira sistêmica e estratégica. Isto, além de contribuir com uma estrutura curricular e pedagógica que enfatize a articulação entre interdisciplinaridade e transversalidade, em direção a conhecimento atualizado, domínio da metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo de atuação profissional da Polícia Civil.

A previsão é que a ESPC ofereça anualmente uma edição de curso de pós-graduação, conforme a disponibilidade de espaço físico e de recursos humanos. O curso *Teoria da Justiça e Decisão Moral de Policiais* é a primeira especialização que segue a nova diretriz da ESPC, tendo iniciado em maio do corrente ano.

Assim como os demais projetos, trata-se de especialização científica, com disciplinas eminentemente teóricas. Cada disciplina contará com estudo, análise e discussão de bibliografia especializada, além do debate de casos práticos, conforme a necessidade de cada área do saber. As aulas poderão ser acompanhadas de debates, dinâmicas de grupo, seminários, estudos de casos, oficinas de gestão, projeto de análise e intervenção organizacional para suporte metodológico de pesquisa. Para cumprir tais pretensões, todos os docentes são doutores.

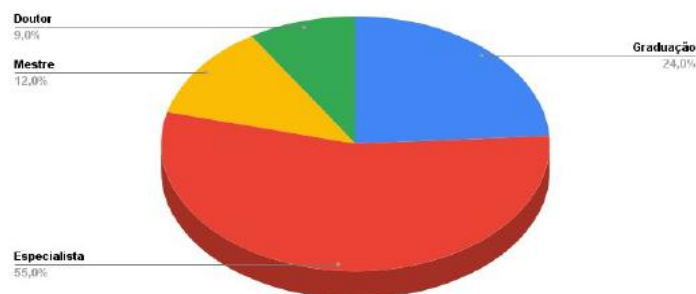
Figura 1: Quadro – Comparativo da titulação do corpo docente de curso de pós-graduação ofertado pela ESPC.

QUALIFICAÇÃO	DOCTOR	MESTRE	ESPECIALISTA	TOTAL	ratio - doutores
2009	05	14	06	25	20,83
2012	09	06	05	20	47,37
2017	67	69	222	358	18,71
2023	12	0	0	12	100

Fonte: Coordenação de Planejamento, Avaliação e Controle da ESPC, 2023.

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

Figura 2: Gráfico – Percentual de professores de 2023 – qualificação profissional.



Fonte: Setor de Informática/ESPC.

Figura 3: Quadro – Perfil de qualificação dos docentes da ESPC de 2023.

TITULAÇÃO	Nº DE DOCENTES
GRADUAÇÃO	144
ESPECIALISTA	330
MESTRE	72
DOUTOR	54
TOTAL	600

Fonte: Setor de Informática/ESPC.

1.2 DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA

Esta unidade de ensino preocupa-se com as instalações físicas de sua sede e apenas tem evitado reformas de grandes dimensões, diante de plano governamental de construção de complexo de edifícios, para abrigar uma nova Escola Superior de Polícia Civil.

De forma periódica, são realizados reparos e melhorias em suas dependências, que contribuem com a modernização e com o incremento de utilidade de alguns dos espaços; mas, que acabam por não impactar as dimensões da área construída, *i.e.*, não implicam em ampliação física da unidade de ensino.

[...]

1.4 METAS PARA A INFRAESTRUTURA

Na sequência da reprodução das metas previstas em anos anteriores e dos feitos realizados, serão mencionadas as melhorias realizadas pela atual gestão da ESPC (desde outubro de 2021); as reformas em andamento e os projetos previstos para os próximos anos; estes, a depender da disponibilidade de recursos financeiros, da quantidade de alunos a serem recepcionados e do impacto da melhoria na rotina de instruções.

METAS PARA INFRAESTRUTURA 2013-2017

Melhoria da infraestrutura da Escola Superior de Polícia Civil visando aprimorar a qualidade de ensino e pontuações estabelecidas pelo credenciamento como Instituição de Ensino Superior do Estado do Paraná.

METAS DE INFRAESTRUTURA REALIZADOS – 2017

Infraestrutura de tecnologia da informação, renovação e disponibilização de serviços de rede física de comunicação entre computadores e estações de trabalho, destinada à equipe técnica da Escola; disponibilidade de serviços

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

de rede sem fio (Wi-Fi) com cobertura em todas as salas de aulas, biblioteca, áreas de convivência, áreas administrativas e alojamento; computadores com acesso à internet, disponibilizados em ambientes preparados para livre utilização pelos alunos, aquisição de equipamentos para videoconferência, construção da pista atletismo e pavimentação do estacionamento (protocolo 14.547.571-6), acessibilidade, reformas e melhorias (protocolo 13.641.840-8, ofício 327/2017 e protocolo 10.557.966-7).

A partir do final de 2021, a ESPC concluiu: (i) melhorias no estacionamento frontal; (ii) implementação de controle de acesso de pessoas, reformando a recepção e instalando catraca eletrônica; (iii) reforma na entrada lateral da ESPC, com a colocação de portão e catraca eletrônica; (iv) reforma do auditório; (v) reforma na área de treinamento físico; (vi) instalação de academia de ginástica em área vizinha ao tatame; (vii) reforma de área destinada ao Centro Histórico da PCPR; (viii) adaptações físicas para isolar a ESPC de unidade policial especializada situada em terreno contíguo; (ix) ampliação de porta de acesso ao estande de tiro; (x) reforma da sala do diretor; (xi) reforma da sala do superintendente; (xii) pintura da sala da Coordenação Administrativa; (xiii) pintura da sala da Coordenação Orçamentária Financeira; (xiv) pintura da sala da Coordenação de Planejamento, Avaliação e Controle; (xv) melhorias no Memorial do Policial Civil; e (xvi) troca da porta da sala da Coordenação de Planejamento, Avaliação e Controle.

Encontram-se em andamento: (i) revitalização de pátio externo, localizado nos fundos do terreno da Escola; (ii) reforma do estande de tiro; e (iii) fase final da instalação de corrimãos em corredores da ESPC. Existe a intenção, em data futura, de construir espaço CQB (ambiente confinado) e de instalar área de convivência coberta em pátio externo, que atualmente está melhorado.

1.5 SERVIDORES E FUNCIONÁRIOS LOTADOS NA ESPC

Para atender ao propósito de comparar a evolução da ESPC, neste tópico em relação à equipe que desempenha suas funções nesta unidade de ensino, apresentar-se-á quadro elaborado nos levantamentos anteriores.

Figura 8: Quadro – Comparativo de profissionais da ESPC.

...

A adaptação foi necessária para acomodar os dados atuais, tendo sido inseridos nos espaços reservados às subdivisões, anteriormente previstas, os colaboradores que atuam em coordenadorias afins.

Com o intuito de atualizar as informações e melhorar a qualidade das mesmas, idealizou-se quadro de recursos humanos atual, estratificando seus componentes em categorias: servidores policiais civis, assistentes técnicos, estagiários extracurriculares e funcionários terceirizados.

Os assistentes administrativos foram contratados pela Polícia Civil paranaense em maio de 2022, via processo licitatório, para atuarem como apoio nas áreas de ensino, recursos humanos, administração, finanças e outras funções de interesse da administração pública estadual.

1.6 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ESPC 2013-2017

Como explicado anteriormente, para atender à intenção de comparar a evolução da ESPC, utilizar-se-ão os mesmos critérios elaborados nos levantamentos anteriores, além da mesma redação.

1.6.1 Metas para os cursos técnico-profissional

As metas previstas no Cronograma de Realização 2013-2017 para a Área de Formação Técnico-Profissional são as seguintes:

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

[...]

1.6.2 Metas para os cursos de atualização e capacitação

Considerando a dinâmica das áreas de conhecimento, não foi possível utilizar o mesmo quadro de cursos do Descritivo anterior, uma vez que as instruções foram substituídas por outras, que correspondiam às demandas apresentadas.

Importa mencionar que algumas informações das planilhas do período de 2020-2022 foram baseadas no Plano Plurianual.

Figura 12: Quadro – Metas para atualização e capacitação.

[...]

1.6.3 Metas para cursos de aperfeiçoamento e especialização 2018-2022

A ilustração apresenta um comparativo da realização de determinados cursos de aperfeiçoamento, durante o intervalo de 2013 à 2022, tendo sido inserida a meta para o ano de 2023.

Figura 16: Quadro – Metas para aperfeiçoamento e especialização e comparativo.

[...]

A seguir, estão os cursos de aperfeiçoamento e especialização que foram realizados na ESPC em 2021 e 2022.

[...]

Importante mencionar que, em 2023, há previsão de cursos de aperfeiçoamento para promoção no mês de junho: Curso de aperfeiçoamento para promoção 4ª para 3ª classe (Manual de Procedimentos de Polícia Judiciária PCPR);

Curso de aperfeiçoamento para promoção 3ª para 2ª classe (Técnicas Avançadas de Investigação); e Curso de aperfeiçoamento para promoção 2ª para 1ª classe (Planejamento Estratégico e Gestão Administrativa e Financeira). As metas relacionadas a cursos de pós-graduação estimam curso de especialização *Teoria da Justiça e Decisão Moral*, entre os meses de maio e dezembro/2023 e curso de especialização *Segurança, Prevenção e Enfrentamento a Ameaças em Escolas*, em período compreendido entre agosto/2023 e março/2024.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Pertence ao passado a tese de que o bom policial nasce feito. O aumento da criminalidade e o progresso da ciência mudaram tudo. Agora existe uma Escola”

(CORREIO DE NOTÍCIAS, 1977). A afirmação, feita em 24 de julho de 1977, seis meses após a inauguração da atual sede da ESPC, não poderia ser mais atual.

Há mais de quarenta anos percebeu-se a importância da formação, da capacitação, do aperfeiçoamento e da especialização policial. Mantiveram-se os componentes provocadores – incremento de condutas desviantes ilegais e evolução científico-tecnológica – assim como o poder-dever de atuar continua concentrado em um único agente transformador: a Escola Superior de Polícia Civil paranaense.

Este descritivo consubstanciado da atuação na implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2023 inaugura as justificativas que apoiam o deferimento da solicitação de credenciamento de instituição de

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

educação superior da ESPC. Isto ao demonstrar, *s.m.j.*, os avanços galgados, mediante esforços e envolvimento de funcionários comprometidos e de comunidade acadêmica qualificada.

A consciência de que há muito mais a ser feito e de que a impossibilidade é a única barreira capaz de frear a melhoria contínua, manifestam-se no próximo documento, *i.e.*, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023-2027.

[...]

1.4 Documentos Apresentados

Os documentos apresentados atendem ao previsto na Deliberação CEE/PR n.º 06/20 e constam resumidamente, neste Parecer. O Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027, consta às fls. 96 a 380; a descrição da atuação da ESPP na implantação do PDI – 2018 – 2023, fls. 03 a 23, o Certificado do Corpo de Bombeiros (CVCB), fl. 669 e 670 e a Licença Sanitária, fl. 592.

II – MÉRITO

Trata-se de pedido de credenciamento da Escola Superior de Polícia Civil do Paraná (ESPC), mantida pela Polícia Civil do Paraná, para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, exclusivamente na área de Segurança Pública.

A matéria está regulamentada nos artigos 8º, 28 a 30 e 88 da Deliberação CEE/PR n.º 06/20:

Art. 8º Escolas Superiores são instituições especialmente credenciadas para a oferta de cursos de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu*.
(...)

Art. 28. O credenciamento autoriza a continuidade das atividades da instituição e se efetiva por ato do poder público, após processo avaliativo realizado nos termos da legislação vigente.
(...)

Art. 29. O pedido de credenciamento de Instituição de Educação Superior deve ser requerido à Seti, que fará a instrução do processo, após avaliação *in loco*, por comissão especialmente designada para esse fim, e encaminhá-lo ao CEE/PR para análise e Parecer.
Parágrafo único. A solicitação de credenciamento formalizada à Seti deve ser instruída com os documentos relacionados no ANEXO II.

Art. 30. O processo de credenciamento, após Parecer favorável do CEE/PR, é enviado à Seti para expedição de ato competente e, em seguida, ao chefe do Poder Executivo Estadual para emissão do respectivo Decreto.
(...)

A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), por meio da Resolução n.º 110/23-Seti, de 23/06/23 (fl. 599), constituiu Comissão de Avaliação Externa, nos termos do artigo 29, da Deliberação CEE/PR n.º 06/20, para verificação *in loco*, considerando o pedido de credenciamento.

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

A Comissão de Avaliação Externa foi composta pelos avaliadores Sergio Ricardo Ferreira, mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Professor do Departamento de Educação da Faculdade Municipal de Educação do Meio Ambiente (FAMA); Ilton Garcia da Costa, Doutor em Direito pela Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e Professor do Departamento de Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná-UENP, como Avaliador, para proceder verificação *in loco*, Mário Candido de Athayde Júnior, Chefe da Divisão de Regulação e Avaliação-CES/SETI, para acompanhamento técnico do protocolado.

A Comissão procedeu a verificação *in loco*, de 05/06 a 06/07/23, fl. 607 e anexou relatório às folhas 600 a 639, registrando a avaliação por indicadores de cada uma das dimensões, a saber: Dimensão 1 -Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Dimensão 2 – Gestão Institucional; Dimensão 3 - Corpo Social; Dimensão 4 – Desenvolvimento Profissional; e Dimensão 5 – infraestrutura, bem como Relato Global das Dimensões, Conceito Final, e Conclusão, fls. 620 a 638 o qual transcrevemos:

CONCEITO GLOBAL DA DIMENSÃO 1: PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Nesta etapa de credenciamento verificou-se o alinhamento das práticas realizadas pela escola com os pilares de ESPC declarados no PDI. As dimensões das ações de formação e desenvolvimento profissional constantes no PDI estão refletidas nas ações da ESPC, nos diferentes níveis. Aqui reforça-se o papel da CPA e das diferentes avaliações por ela conduzidas e seu papel na divulgação dos resultados. As boas práticas de publicização dos dados recomenda que a ESPC tenha este material divulgado em seu sítio, para acesso público. Pontos fortes que valem ser ressaltados: (i) convênio com a Polícia Penal onde, apenados, prestam variados serviços de manutenção do extenso espaço da Escola Superior da Polícia Civil e, também, (ii) a visita de estudantes em que são recebidos com palestras sobre a profissão “policial” e o contato com acervos da Polícia Civil ao longo da sua rica história.

RELATO GLOBAL DA DIMENSÃO 2: GESTÃO INSTITUCIONAL

Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional

O planejamento financeiro executado e/ou previsto é considerado excelente levando em conta a necessidade de investimentos na gestão do ensino e da pesquisa. Apesar do PDI constar apenas planejamento de despesas específico para o ano/exercício é possível vislumbrar um orçamento da ESPC que permite manter ou abrir novos cursos de pós-graduação.

Organização institucional- A organização institucional implementada está consoante ao previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional. Durante contato com gestores, docentes, discentes e agentes administrativos é possível constatar uma gestão horizontalizada onde todos são protagonistas no processo de oferta e realização de cursos. Essa situação ficou muito clara durante encontro com a Comissão Permanente de Avaliação - CPA. Todas as reuniões são registradas em atas e as sugestões da mesma são prontamente acolhidas, refletidas e debatidas com a participação do Diretor da ESPC.

Sistema de registro acadêmico

Durante a verificação de pastas e emissão de certificados foram encontradas inconsistências no que concerne ao cumprimento da Resolução CNE/CES n.º 01/2018, inciso III. Tais constatações foram prontamente acolhidas e

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

corrigidas pelos responsáveis na área de registros acadêmicos. O alerta é para que tais inconsistências sejam mitigadas. Quanto ao registro acadêmico implementado está de acordo com o descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional e atende satisfatoriamente às necessidades institucionais.

Comunicação da instituição com a comunidade interna-Justificativa:

Há de ressaltar a especificidade da ESPC ao relatar e avaliar esse item pelo fato de a Polícia Civil necessitar de dados, em grande maioria sigilosos. Assim, avaliando essa questão observa-se que a Instituição possui uma excelente relação no que tange aos canais de comunicação interna. Normalmente, são utilizados os canais próprios do sistema de informações e tecnologias disponíveis para a Polícia Civil do Paraná. Constata-se que essa comunicação entre a IES e a comunidade interna ocorre de maneira favorável. Nos encontros realizados, especialmente com os egressos, observa-se claramente a intensidade dessas comunicações que deixam o quadro informado sobre tudo o que acontece na instituição. Poderia explorar, ainda mais, a divulgação das avaliações internas para democratizar os pontos positivos e que podem ser melhorados com a participação de todos.

Comunicação da instituição com a comunidade externa

Os canais de comunicação externa estão implementados, em conformidade com o PDI, de maneira suficiente, considerando, em uma análise sistêmica e global. Contudo, constata-se um ponto que poderia ser mais explorado e divulgado para a comunidade externa especialmente às informações acerca dos resultados das avaliações, divulgação dos cursos, da pesquisa e da existência de mecanismos de transparência institucional e de acessibilidade. Percebe-se uma relação profícua da ESPC com a comunidade externa, mas sem que haja uma divulgação/marketing maior das atividades desenvolvidas e que envolvem a comunidade de maneira geral. Registre-se aqui como imprescindível a continuidade do projeto da organização do acervo da Polícia Civil. Uma ação que possibilitará uma ligação institucional com a comunidade externa, que possibilitará a visitação e exaltação do trabalho histórico-cultural com a sociedade, de maneira geral, e vislumbrando a possibilidades de visitas técnicas de estudantes das redes pública e privada conhecerem a História da Polícia Civil do Paraná, assim como, conhecer melhor o trabalho do policial ou agente civil.

Conceito Global descritivo da Dimensão 2

A ESPC é mantida pela Polícia Civil do Paraná e, desta análise, percebe-se que a parte financeira, está condizente com os cursos realizados ou em oferta, podendo ainda sustentar um aumento no número de cursos ofertados. A organização administrativa e acadêmica sustenta o funcionamento da instituição de forma completa e com uma gestão horizontalizada. A comunicação com a comunidade externa poderia ser incrementada com o uso do próprio website. Há uma necessidade de rever a prática com a utilização de novos canais, sejam virtuais, ou não. Um ponto forte nesta questão está uma ação que possibilitará uma ligação institucional com a comunidade externa, que possibilitará a visitação e exaltação do trabalho histórico-cultural com a sociedade, de maneira geral, e vislumbrando a possibilidades de visitas técnicas de estudantes das redes pública e privada conhecerem a História da Polícia Civil do Paraná, assim como, conhecer melhor o trabalho do policial ou agente civil.

RELATO GLOBAL DA DIMENSÃO 3: CORPO SOCIAL

A gestão atual implementou sistema de contratação de professores via Edital, aberto a todos os servidores do quadro da Polícia Civil. Essa atitude permitiu a democratização da ESPC no que tange à escolha de docentes independente do seu quadro funcional levando em consideração o aspecto qualitativo da formação. Tal medida foi unanimemente acolhida e avaliada de forma positiva pelos protagonistas da ESPC e, também, por parte desta

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

Comissão. Sugere-se a continuidade desta medida que prevê, além disso, a atualização da formação dos seus docentes de maneira eficiente.

RELATO Global descritivo da Dimensão 3

A configuração organizacional da Escola Superior da Polícia Civil -ESPC possui algumas peculiaridades que devem ser consideradas. A Escola não possui quadro de docentes permanentes ou fixos, motivo por que não há docentes com dedicação exclusiva. Todos os docentes são contratados a partir de um Edital de Chamamento Público aberto ao Quadro Funcional da Polícia Civil e/ou comunidade externa. O atual quadro de docentes do curso que está sendo ofertado possui um quadro docente com 100% de titulação mínima, com *stricto sensu*. Há formação inicial para todos os docentes a cada início de um novo curso. Ressalte-se, portanto, o nível de titulação elevada, experiência no magistério superior e em cursos de pós-graduação. No que tange a remuneração por hora, a qual se encontra na faixa de mercado que o ambiente permite. Os docentes ressaltam o ambiente acadêmico e se consideram valorizados pela IES. A equipe técnico-administrativa tem formação compatível e experiência de vários anos em funções de gestão acadêmica. Em visita a sede, a estrutura de trabalho é excelente com equipamentos, espaço físico e materiais que dão suporte a secretaria. Toda a organização do controle acadêmico está com sistema informatizado. O atendimento aos alunos existe, segundo relatado nas entrevistas, mas não há um registro formal. Outro ponto de destaque é a participação dos estudantes em atividades de pesquisa, tendo a Escola uma revista científica para publicação dos trabalhos oriundos dos TCCs. Finalmente, a instituição contribui para a capacitação dos servidores do quadro da Polícia Civil e de atores da sociedade em seus cursos, sendo este seu objetivo e alinhado ao PDI.

Dimensão 4 - Desenvolvimento Profissional

A Instituição de Ensino Superior está atenta na implementação e evolução dos seus cursos. Chegou a criar o Núcleo Estruturante para acompanhar, avaliar, propor e realizar mudanças curriculares, caso seja necessário. Assim, entende-se que as políticas de ensino previstas e implementadas estão totalmente coerentes com as ações acadêmico-administrativas levando em consideração os aspectos de acompanhamento, avaliação do desenvolvimento dos cursos; sistemática de atualização curricular, desenvolvimento de material didático-pedagógico e demais possibilidades curriculares.

RELATO GLOBAL DA DIMENSÃO 5: INFRAESTRUTURA

As instalações administrativas existentes atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando a dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação. No que se refere à acessibilidade, apenas uma última obra considerada necessária já está sendo providenciada pelos gestores institucionais que é um banheiro para deficientes físicos. Todavia, cumpre registrar que no quadro de cursistas, até o momento, não vislumbra tal necessidade, mas que poderá ocorrer no futuro.

DESTACA:

Organização acadêmica com ótima estrutura;

- qualidade acadêmica destacada pelos egressos;
- sistema de contratação de docentes da comunidade interna e externa;
- experiência do corpo docente;
- gestão horizontalizada;
- plano de relação com aproximação com a comunidade por meio de acervo próprio (histórico-cultural).
- excelente infraestrutura.

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

SUGERE:

- ampliação do acervo da biblioteca;
- incluir e padronizar os PDI com ações propostas e realizadas em diversas dimensões;
- implementar relatórios de acompanhamento de egressos e divulgar por vários meios à comunidade interna e externa;
- publicar interna e externamente os resultados da CPA (utilizar o website);
- que os novos cursos a serem ofertados, especialmente o que se refere ao enfrentamento da violência escolar, tenham vagas ofertadas às demais secretarias envolvidas (Educação, Justiça etc.) e, neste caso, até mesmo a professores da Rede Estadual de Educação.

RECOMENDA:

- Compartilhar, quando possível, com vagas de cursos reconhecidamente como imprescindível para profissionais de outras secretarias e órgãos que atuam diretamente com o tema abordado: violência escolar, feminicídios etc.;
- divulgar para a comunidade externa, inclusive instituições escolares, o trabalho de resgate histórico-cultural através da exposição de acervo próprio;

Conforme dimensão por média aritmética dos quesitos de cada dimensão:

1 -Planejamento e Desenvolvimento Institucional Nota 4,82

-Gestão Institucional Nota 4,63

-Corpo Social Nota 4,94

-Desenvolvimento Profissional Nota 4,65

-Infraestrutura Nota 4,5

Desta maneira, a média aritmética geral das dimensões: Nota 4,7

5. CONCLUSÃO

Assim sendo, a Comissão de Avaliação Externa, formada pelos professores: Dr. Ilton Garcia da Costa e Me. Sergio Ricardo Ferreira, constituída pela Resolução SETI/PR n.º 110, de 23 de junho de 2023, tendo por base os critérios estabelecidos na Deliberação CEE/PR n.º 06/2020, e no Instrumento de Avaliação Externa para Recredenciamento das Instituições de Ensino Superior e na legislação vigente, considerando, também, as sugestões e as recomendações exaradas no presente Relatório conclui-se que **Escola Superior da Polícia Civil –ESPC**, mantida pela Polícia Civil do Paraná e Secretaria de Estado da Segurança Pública-SESP, **reúne condições para o credenciamento obtendo o CONCEITO 4,7.**

A ESPC encaminhou, por meio de Informação de 15/05/23, manifestação formal a respeito do relatório de Recredenciamento Institucional, conforme item III, do artigo 50, da Deliberação CEE/PR n.º 06/20. A seguir, transcrevemos as partes principais do texto, sendo que a manifestação na íntegra consta às fls. 640 a 668 do protocolado:

[...]

A esta Vice-Diretora, dentre outras atribuições, compete a assessoria ao Diretor da Escola Superior de Polícia Civil e a manifestação, para contribuir com eventuais esclarecimentos acerca de assuntos pertinentes à entidade de ensino da polícia judiciária paranaense.

Com este intuito, passo a analisar as ponderações apresentadas pelos Avaliadores externos designados para visitar a Escola Superior de Polícia Civil – ESPC, com vistas ao credenciamento como instituição de ensino superior, as quais reproduzo na sequência em que foram apresentadas em relatório.

Antes de iniciar a empreita, porém, importa ressaltar o profissionalismo dos Avaliadores e seus relevantes apontamentos durante o processo, sendo que todas as críticas recebidas são pertinentes e serão debatidas na próxima reunião ordinária da Comissão Própria de Avaliação Institucional – C.P.A. e do Núcleo Docente Estruturante, para contribuir com o aprimoramento desta

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

instituição de ensino. As reflexões que se seguem, servem apenas para esclarecer alguns pontos que, diante do ínfimo lapso de tempo da visita, podem não ter sido compartilhados detalhadamente com os Avaliadores.

I. Obtenção do Laudo atualizado do Corpo de Bombeiros, em cumprimento ao artigo 29, parágrafo único, da Deliberação nº 06/2020 – CEE/PR c/c item 7, do Anexo II, da mesma norma, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das Instituições de Educação de Ensino e de seus cursos.

3.1 Relato global da categoria de análise: requisitos legais e normativos

De maneira geral, os documentos apresentados, o Plano de Desenvolvimento Institucional atendem satisfatoriamente quanto aos requisitos legais e normativos exarados pelo Conselho Estadual de Educação e demais legislação vigente. Na questão que se refere ao Laudo do Corpo de Bombeiros, a Instituição apresenta o Plano de Segurança Contra Incêndio e Pânico (fls. 595-598) solicitado pelo Corpo de Bombeiros e, dessa forma, mesmo que ***inexista o Laudo conclusivo, observa-se o atendimento agora com análise do Órgão Responsável*** (fls. 616/617; mov. 18) (destaques nossos).

Cumprir esclarecer que, com efeito, na data em que fora instruído o protocolo de credenciamento, a Certificação de Licenciamento e de Vistoria do Corpo de Bombeiros do Paraná – CBMPR (ora juntada como ANEXO a esta Informação) não tinha sido entregue a esta unidade de ensino. O documento foi recebido posteriormente e disponibilizado para a ciência dos Avaliadores já no primeiro dia da visita técnica.

Importa ressaltar que, *s.m.j.*, a ESPC é a única IES do Paraná que possui a Certificação de Licenciamento e de Vistoria (Alvará) sem qualquer ressalva, por apresentar conformidade com todas as exigências objetos de avaliação por parte do Corpo de Bombeiros.

II. Ampliação e melhoria do processo de autoavaliação institucional, com o envolvimento de todos e a utilização das Dimensões.

4.1.2 Projeto/ processo de autoavaliação institucional Conceito: 4

Justificativa: A implementação do processo de autoavaliação institucional atende muito bem as necessidades institucionais e tem servido como instrumento de gestão e de ações e melhorias acadêmico-administrativas. Todavia, registre que há espaço para ampliar e melhorar esse processo, especialmente no que tange ao ***envolvimento de todos na avaliação ampla da Instituição e a utilização das Dimensões como norte dos Relatórios*** contendo os resultados avaliativos, considerando as avaliações quantitativas e qualitativas apresentadas (fls. 617; mov. 18) (destaques nossos).

A crença de que toda atividade humana pode ser ampliada e melhorada compõe a essência de instituições de ensino, sendo tal aperfeiçoamento uma das metas das atividades desenvolvidas pela ESPC/PR.

Apesar disso, é importante reforçar que esta Escola trata o processo de autoavaliação institucional como uma atividade coletiva, com a participação ativa, engajamento e reflexões não apenas dos gestores, como também de toda a equipe da ESPC, assistentes administrativos, demais colaboradores, docentes, discentes e comunidade externa.

Certo que a metodologia empregada diverge de acordo com o grupo a que se destina, sendo as ações avaliativas realizadas por pesquisas de campo (preenchimento de formulários próprios), dados e opiniões resultantes de debates orais (ex.: reuniões com equipes administrativas e colaboradores) e/ou por meio da análise de comunicações externas (ex.: comentários realizados em redes sociais).

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

No que se refere à utilização das “Dimensões como norte dos Relatórios”, esclarecemos que embora a nomenclatura não seja a mesma, assim como o agrupamento das perguntas (em alguns casos), as informações adquiridas contemplam as dimensões pretendidas. Em outras palavras, embora a terminologia seja diversa, nossas avaliações têm se mostrado efetivas em cumprir o objetivo de fornecer um conjunto de informações que possibilitam a reflexão sobre as respostas (eficiência e eficácia) das iniciativas de ensino e dos processos adotados pela ESPC.

Cabe ressaltar que fomentamos o engajamento dos envolvidos no processo de autoavaliação institucional (equipe técnico-administrativa da ESPC, colaboradores, docentes, discentes e comunidade externa) não apenas para buscarem o conhecimento da realidade estudada, como também para estimular a reflexão deles sobre os achados, gerando o compromisso de utilizarem os dados em ações para o incremento da qualidade institucional, de forma constante e como resultado de uma consciência coletiva consolidada.

Mesmo diante do explanado, para facilitar a compreensão dos futuros Avaliadores, a atuarem no próximo processo de credenciamento, a sugestão para o uso da forma padronizada das Dimensões será debatida pela C.P.A..

III. Ausência da descrição de atividades de pesquisa, iniciação científica, tecnológicas, artísticas e culturais no Plano de Desenvolvimento Institucional.

4.1.4 Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/ iniciação científica, tecnológicas, artísticas e culturais. Conceito: 5

Justificativa: Mesmo que esta Comissão tenha verificado que muitas ações foram ou estão sendo desenvolvidas pela IES no que diz respeito as **atividades de pesquisa, iniciação científica, tecnológicas, artísticas e culturais, não foram descritas no Plano de Desenvolvimento Institucional**, é possível inferir que essas ações possuem total coerência com o que foi estabelecido no PDI. Sugere-se, apenas, a **inclusão de todas as atividades e ações desenvolvidas, inclusive com foto**, para que tal planejamento contenha o todo do que foi ou está sendo desenvolvido pela ESPC (fls. 617/618; mov. 18) (destaques nossos).

Com o intuito de contribuir com o processo de credenciamento, por mais que o Conceito neste item corresponda à nota máxima, entendemos ser importante demonstrar que as atividades de pesquisa, iniciação científica, tecnológicas, artísticas e culturais foram descritas no Plano de Desenvolvimento Institucional. De forma específica:

- Atividades pesquisa e de iniciação científica: para demonstrar que os assuntos foram tratados no PDI, segue *print screen* de página que exemplifica a referência.

Figura 01 – Ilustração: Captura de tela de página do PDI em que são descritas atividades de pesquisa e iniciação científica.

[...]

- Atividades tecnológicas: para demonstrar que o assunto foi tratado no PDI, segue *print screen* de páginas que exemplificam a referência.

Figura 02 – Ilustrações: Capturas de telas do PDI em que são descritas atividades tecnológicas.

[..]

- Atividades culturais: para demonstrar que o assunto foi tratado no PDI, segue *print screen* de páginas que exemplificam a referência.

[...]

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

Figura 03 – Ilustrações: Capturas de telas do PDI em que são descritas atividades culturais.

[...]

No que tange às recomendações para que todas as atividades e ações desenvolvidas pela ESPC, “inclusive com foto” sejam incluídas no PDI, esclarecemos que vamos rever a opção em destacarmos apenas algumas iniciativas. Tal escolha deveu-se à extensão do documento (quase duzentas páginas), uma vez que existia o receio de que o plano ficasse muito denso, o que poderia contribuir para o desestímulo à leitura integral ou para a dificuldade em manter a atenção durante o processo, diminuindo a qualidade da compreensão do texto e, conseqüentemente, com a perda da ciência de informações importantes presentes no PDI.

Vale salientar, ainda, que o PDI foi construído a partir do disposto em regulamentação vigente, ou seja, segundo o determinado no artigo 29, parágrafo único, da Deliberação nº 06/2020 – CEE/PR c/c item 4, do Anexo II. Assim sendo, *s.m.j.*, seguiu-se de forma rigorosa os itens do Anexo VIII, do documento citado, tendo inclusive o cuidado de fazer com que os itens do anexo coincidisse com os capítulos do PDI.

Mesmo não encontrado qualquer menção a imagens fotográficas, superamos as exigências regulamentares e incluímos ilustrações de iniciativas pontuais em nosso PDI.

IV. Ampliação de debates na C.P.A. sobre autoavaliação institucional e avaliação externa, bem como da devolutiva aos demais interessados.

4.1.9 Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados.

Conceito: 4

Justificativa: A Instituição está no percurso correto, mas ainda é possível realizar ações para que os resultados das avaliações sejam publicizados de maneira mais efetiva.

No momento, o que se observa/constata é o bom trabalho na realização das avaliações, mas que necessitam de um ***olhar mais ampliado por parte da CPA e respectiva devolutiva para os seus protagonistas, não apenas a comunidade acadêmica e sim toda comunidade interna e externa*** (fls. 619; mov. 18) destaques nossos).

Desde o início desta gestão, a Comissão Própria de Avaliação Institucional – C.P.A. promove debates e reflexões envolvendo a autoavaliação institucional e a avaliação externa. Tanto que, para exemplificar a afirmação, a ATA da primeira reunião da C.P.A. teve como item de pauta:

Pauta 7 Apresentação: Relatório de Autoavaliação Institucional (2013-2018) e Relatório de Verificação da Comissão de Avaliação Externa (2018). Durante a reunião, diante da importância do tema e da complexidade das informações, optou-se por encaminhar aos membros os slides e, no encontro seguinte, refletir e discutir os documentos avaliativos.

Figura 04 – Imagem: Cópia de e-mail encaminhado a membro de C.P.A., compartilhando a apresentação de Relatório de Autoavaliação Institucional e Relatório de Avaliação Externa, para debate em reunião ordinária.

[...]

Fonte: Arquivo da Secretaria da C.P.A. da ESPC/PR .

Além da devolutiva à C.P.A., encontra-se descrita em PDI a devolutiva aos Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs: “Ao recepcionar as avaliações elaboradas pelos discentes e pelos docentes, o setor de avaliação da ESPC encaminha a demanda ao nível de direção que, dependendo do assunto, confere amplitude na devolutiva dos resultados da autoavaliação, ao levar proposta de alteração aos NDEs, para discussão, aprovação ou complemento” (fls. 135, do PDI).

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

Os alunos também recebem devolutivas a respeito das avaliações, como descrito a fls. 138/139, do PDI: “Ressalta-se, ainda, que os discentes são devidamente orientados sobre a utilidade das informações coletadas, formas de preenchimento dos formulários, prazos, além da valorização e da importância da colaboração para o aprimoramento institucional”, sendo que nessas ocasiões são cientificados de exemplos de sugestões adotadas pela ESPC.

Além do compartilhamento com a comunidade externa por divulgações no site e nas redes sociais da unidade de ensino, existe a possibilidade de outros interessados solicitarem as avaliações: “Ademais, cumpre salientar que as referidas avaliações podem ser disponibilizadas para membros do corpo docente, servidores e todas as instâncias da Polícia Civil, em respeito aos princípios da Transparência e da Publicidade” (fls. 138, do PDI).

V. Recomendação para a irrestrita divulgação dos resultados das avaliações da ESPC “em seu sítio, para acesso público”.

Conceito Global da Dimensão 1

Conceito: **4,8**

Conceito Global descritivo da Dimensão 1

Nesta etapa de credenciamento verificou-se o alinhamento das práticas realizadas pela escola com os pilares de ESPC declarados no PDI. As dimensões das ações de formação e desenvolvimento profissional constantes no PDI estão refletidas nas ações da ESPC, nos diferentes níveis. Aqui reforça-se o papel da CPA e das diferentes avaliações por ela conduzidas e seu papel na divulgação dos resultados. As boas práticas de publicização dos dados ***recomenda que a ESPC tenha este material divulgado em seu sítio, para acesso público***. Pontos fortes que valem ser ressaltados: (i) convênio com a Polícia Penal onde, apenados, prestam variados serviços de manutenção do extenso espaço da Escola Superior da Polícia Civil e, também, (ii) a visita de estudantes em que são recebidos com palestras sobre a profissão “policial” e o contato com acervos da Polícia Civil ao longo da sua rica história (fls. 620; mov. 18) (destaques nossos).

Conforme o mencionado nos itens anteriores, a divulgação dos resultados das avaliações é realizada de forma ampla em ambientes controlados como a CPA, os Núcleos Docentes, servidores e discentes.

Apesar disso, é importante lembrar particularidade da ESPC, que por ser unidade de ensino policial, envolve assuntos de classificação restrita, o que impede sua divulgação em ambiente aberto de sites (da ESPC e da Polícia Civil) e em redes sociais.

VI. Recomendações referentes ao sistema de registro acadêmico.

4.2.3 Sistema de registro acadêmico

Conceito: **4**

Justificativa: Durante a verificação de pastas e emissão de certificados foram encontradas ***inconsistências*** no que concerne ao cumprimento da Resolução CNE/CES no 01/2018, inciso III. ***Tais constatações foram prontamente acolhidas e corrigidas*** pelos responsáveis na área de registros acadêmicos. O alerta e para que tais inconsistências sejam mitigadas. Quanto ao registro acadêmico implementado está de acordo com o descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional e ***atende satisfatoriamente*** as necessidades institucionais. (fls. 621; mov. 18) (destaques nossos).

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

De acordo com o descrito pelos próprios Avaliadores, a adequação foi prontamente realizada, podendo ser acrescentado que todas as solicitações de pesquisas apresentadas pelos mesmos durante a visita técnica e que dependiam do sistema de registro acadêmico, foram atendidas imediatamente, *s.m.j.*, demonstrando que o sistema supera o conceito satisfatório.

VII. Melhora da comunicação com a comunidade externa.

4.2.5 Comunicação da instituição com a comunidade externa

Conceito: 4

Justificativa: os canais de comunicação externa estão implementados, em conformidade com o PDI, de maneira suficiente, considerando, em uma análise sistêmica e global. Contudo, constata-se um ponto que poderia ser mais explorado e divulgado para a comunidade externa especialmente as informações acerca dos resultados das avaliações, divulgação dos cursos, da pesquisa e da existência de mecanismos de transparência institucional e de acessibilidade. Percebe-se uma relação profícua da ESPC com a comunidade externa, mas ***sem que haja uma divulgação/marketing maior das atividades desenvolvidas*** e que envolvem a comunidade de maneira geral. Registre-se aqui como imprescindível ***a continuidade do projeto da organização do acervo da Polícia Civil***. Uma ação que possibilitara uma ligação institucional com a comunidade externa, que possibilitara a visitação e exaltação do trabalho histórico-cultural com a sociedade, de maneira geral, e vislumbrando a possibilidades de visitas técnicas de estudantes das redes pública e privada conhecerem a História da Polícia Civil do Paraná, assim como, conhecer melhor o trabalho do policial ou agente civil. (fls. 621/622; mov. 18) (destaques nossos).

As mais de oitenta notícias divulgadas no site da ESPC, somente no primeiro semestre de 2023, sua replicação no site da Polícia Civil do Paraná, além das postagens em rede social (*Instagram* e *Facebook*) exemplificam a ampla comunicação e divulgação/marketing existentes entre a ESPC e a comunidade externa.

Em relação à continuidade do projeto da organização do acervo da Polícia Civil, durante a visita técnica, não foi feita qualquer referência à interrupção ou suspensão da iniciativa.

Esforços têm sido empreendidos por esta unidade de ensino no sentido de ampliar o acervo, a exemplo da inclusão de viaturas policiais antigas, que se encontram em fase de restauração.

VIII. Recomendação para o incremento da comunicação com a comunidade externa.

Conceito Global da Dimensão 2

Conceito: 4,6

Conceito Global descritivo da Dimensão 2

A ESPC é mantida pela Polícia Civil do Paraná e, desta análise, percebe-se que a parte financeira, está condizente com os cursos realizados ou em oferta, podendo ainda sustentar um aumento no número de cursos ofertados. A organização administrativa e acadêmica sustenta o funcionamento da instituição de forma completa e com uma gestão horizontalizada. A comunicação com a comunidade externa ***poderia ser incrementada*** com o ***uso do próprio website***. Há uma necessidade de rever a prática com a utilização de ***novos canais, sejam virtuais, ou não***. Um ponto forte nesta questão está a uma ação que possibilitara uma ligação institucional com a comunidade externa, que possibilitara a

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

visitação e exaltação do trabalho histórico-cultural com a sociedade, de maneira geral, e vislumbrando **a possibilidades de visitas técnicas de estudantes** das redes pública e privada conhecerem a História da Polícia Civil do Paraná, assim como, conhecer melhor o trabalho do policial ou agente civil (fls. 622; mov. 18) (destaques nossos).

No que se refere à ampliação do diálogo com a comunidade externa, foram sugeridas ferramentas que já seriam observadas pela ESPC, quais sejam, (i) o uso do *website* da ESPC; (ii) novos canais (virtuais ou não) e (iii) visitas técnicas de estudantes.

(i) **Site da ESPC:** semanalmente são divulgadas notícias de atividades desta unidade de ensino, sendo o mesmo canal utilizado para recepcionar sugestões da comunidade externa: “Fale-Conosco” (fls. 140, do PDI) e pesquisa de cursos para o próximo ano (fls. 88, do PDI), cuja devolutiva ocorre com a publicação do Calendário Anual de cursos da ESPC (que contempla as demandas apresentadas).

(ii) **Novos Canais:** de forma semelhante ao site, a comunicação com a comunidade externa ocorre por redes sociais (Instagram: [@espc_pr](#) e Facebook: [facebook.com/espc.pr](#)), onde são possíveis interações pelos comentários, além da replicação das notícias por usuários. Já como exemplo de interação não virtual, podemos utilizar iniciativa mencionada em PDI (fls. 84): “Acreditando no alcance didático dos exemplos, a ESPC participa de iniciativas de integração entre a Instituição Policial Civil e a Comunidade, podendo ser citado o evento ‘PCPR Comunidade’. Este projeto é desenvolvido, de forma periódica, em todo o Paraná, com a intenção de facilitar o acesso a serviços de polícia judiciária, promover atendimento humanizado, fomentar a formalização de denúncias e fortalecer a imagem social da Polícia Civil paranaense. A ESPC marcou sua presença ao levar unidade móvel de treinamento, um simulador de tiro itinerante, equipamento montado na estrutura de um caminhão, reproduz um estande de tiro e permite que policiais civis treinem situações operacionais por meio de realidade virtual, aperfeiçoando suas técnicas”.

Podemos dizer, ainda, que a Revista Científica da Escola Superior de Polícia Civil - ESPC, onde são publicados os artigos científicos de alguns dos alunos que concluem curso de pós-graduação *latu sensu* desta unidade de ensino, considera-se forma de comunicação da ESPC com a comunidade externa (fls. 59 e 60, do PDI);

(iii) **Visitas Técnicas de Estudantes:** “Implantação de Centro Histórico da PCPR, como importante aliado em processos pedagógicos, pois o acesso à história da Polícia Civil paranaense, além de efetivo instrumento de aprendizagem, contribuem para a aproximação entre a Polícia Civil e a comunidade, estreitando relação de confiança, importantíssima para fomentar a realização de denúncias. Além disso, um centro histórico tem o potencial de provocar no visitante o desejo de se aprofundar em questões de segurança pública, de incrementar sua atuação política e cultura e, quem sabe, pode despertar a intenção de ingressar em seus quadros futuramente. Para aqueles que recém ingressaram na PCPR, o contato com o centro histórico pode servir como estratégia pedagógica de ampliação do sentimento de pertencimento e da responsabilidade pessoal frente a uma instituição tradicional e muito respeitada”. A seguir, seguem notícias de 2022 e de 2023 (site da ESPC), que exemplificam a prática da interação da ESPC com a comunidade externa.

Figura 05 – Ilustrações: Capturas de telas de notícias exemplificando a realização de visitas de estudantes nas dependências da ESPC, nos anos de 2022 e 2023.

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

[...]

IX. Indicação das ações de formação e de capacitação do corpo técnico-administrativo.

4.3.2 Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo Conceito: 4

Justificativa: a gestão da ESPC possibilita política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo. Os agentes técnico-administrativos são motivados a participarem dos encontros com docentes e discentes e são oportunizados momentos para que possam participar de formações de acordo com suas necessidades. Porém, ***há necessidade de elencar as ações de formação continuada no Plano de Desenvolvimento Institucional da IES*** (fls.623; mov. 18) (destaques nossos).

Como exemplos de previsões em PDI das ações de formação e de capacitação do corpo técnico-administrativo podemos citar:

- (i) "Orientação a servidores da ESPC, colaboradores e docentes em relação a políticas de inclusão e de acessibilidade adotadas" (fls. 83, do PDI);
- (ii) descrição de ações de capacitação em temas de saúde mental (fls. 151 e 152, do PDI), que foram disponibilizadas ao corpo técnico-administrativo, citando-se o resultado: "Cabe mencionar que as orientações transmitidas pela ESPC a docentes e a funcionários sobre o assunto surtiram efeito e, por ocasião do último curso de formação técnico-profissional, foram identificados e entrevistados alunos que necessitavam de atendimento imediato e diferenciado, os quais foram previamente acolhidos pelos instrutores e funcionários, antes de encaminhamento a serviços já mencionados: SAP-DPC e PRUMOS-SESP" e (iii) "Uma iniciativa que atende, ao mesmo tempo, a comunidade e os funcionários da ESPC, integra a Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo e demais colaboradores desta Escola. Trata-se de capacitações em atendimento emergencial e primeiros socorros, assim como em prevenção e combate a incêndio" (fls. 143 e 144, do PDI).

Figura 06 – Ilustração: Treinamento de prevenção e combate a incêndios, realizado por funcionários da ESPC.

[...]

X. Previsão em PDI de programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade e de nivelamento.

Conceito: 4,0

Justificativa: ***há previsão*** no Plano de Desenvolvimento Institucional de implementação de programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade e de nivelamento.

Algumas das ações tomadas pela atual gestão se refere especificamente ao acompanhamento do estudante, considerando que cursos de pós-graduação anteriores apresentaram índices de abandono e, por conta disso, foram adotadas políticas de acompanhamento total da ESPC com relação aos estudantes (fls. 626/627; mov. 18).

Confessamos a dificuldade em identificar a razão de perda de pontos por termos previsto em PDI ações ao ingressante, como a menção ao fornecimento de refeição, de alojamento e apoio psicológico: "Outra iniciativa que merece destaque refere-se a parceria realizada com o Centro Universitário Curitiba–UniCuritiba e que tornou a ESPC campo apto para receber estagiários da área de Psicologia. Durante o Curso de Formação Técnico-Profissional de 2022, aos policiais recém ingressos foi ofertado um momento de acolhimento e de escuta promovido pelos estudantes

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

universitários, diante da compreensão de importante e delicado momento profissional pelo qual os policiais estavam passando” (fls. 152, do PDI).

De forma semelhante, foram previstos em PDI, programas de **acessibilidade** – “Exemplos de atendimento diferenciado a pessoas com mobilidade reduzida ou com deficiência, são as adaptações de atividades práticas a discente com deficiência auditiva parcial e com dificuldade de mobilidade física, além de alterações de critério avaliativo da Disciplina Treinamento Físico, realizada para atender a aluna com particularidades de dimensões díspares de membros inferiores (encurtamento de perna direita) e a outra discente impedida de realizar exercícios de impacto, diante de lesão em um dos joelhos” (fls. 153, do PDI) – e de **nivelamento** – “Os curso de atualização técnico-profissional, na modalidade EaD, é uma proposta de nivelamento para todas carreiras da polícia judiciária paranaense, que abordará sistemas informatizados de investigações, ferramentas tecnológicas e softwares que auxiliam o trabalho da polícia investigativa, visando motivar o policial civil à sua atividade-fim, na busca pela autoria e materialidade nas diversas modalidades criminais, e também, capacitar os servidores na produção de relatórios de investigação com qualidade” (fls. 156/167, do PDI).

XI. Ausência da descrição em PDI de ações que envolvem os egressos.

4.4.4 Política e ações de acompanhamento dos egressos.

Conceito: 4

Justificativa: A Instituição Superior de Ensino desenvolve ações que envolvem os egressos ***apesar dessa política não estar descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional***. É possível inferir essa relação profícua por conta do encontro realizado com os estudantes/egressos com grande número de participantes e também, foram unânimes em afirmar que sentem orgulho de terem participado dos cursos da ESPC e que estes estão sempre verificando informações e acompanhando ações da gestão institucional, inclusive, avaliaram positivamente para as ações encaminhadas pelo novo grupo gestor no que tange a melhoria, na avaliação deles, significativa da qualidade dos cursos. Assim, essa Comissão considera como necessidade ***o estabelecimento efetivo no seu PDI um tópico que trata efetivamente dos egressos***, valorizando e incorporando suas ações e sugestões na busca da excelência da oferta de seus cursos (fls. 617; mov. 18) (destaques nossos).

Como dito anteriormente, o PDI foi construído a partir do disposto em regulamentação própria, cumprindo-se o determinado no artigo 29, parágrafo único, da Deliberação nº 06/2020 – CEE/PR c/c item 4, do Anexo II; sendo que dentre os itens do Anexo VIII, do documento citado, inexistiu menção a tópico próprio sobre egressos.

Apesar disso, não deixamos de descrever em PDI ações que envolvem os egressos, podendo ser citado o parágrafo existente a fls. 141: “É importante retratar as políticas e ações de acompanhamento dos egressos, sobretudo daqueles que ainda têm pouco tempo de atividade policial. Para exemplificar mais esse incremento de medidas, em relação ao PDI anterior, por mais que o último curso de formação técnico-profissional tenha terminado em dezembro de 2022, foram promovidas duas edições de cursos para egressos em janeiro de 2023 e três edições em abril do mesmo ano”.

Figura 07 – Ilustração: Ação voltada a egressos do Curso de Formação Técnico-Profissional de Carreiras Policiais 2022.

[...]

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

XII. Recomendações relacionadas a egressos, Manual do Aluno e ações para enfrentar o abandono de cursos.

Conceito Global da Dimensão 4

Conceito: 4,6

Conceito Global descritivo da Dimensão 4

Neste quesito, a ESPC tem um desempenho entre muito bom e excelente. Isto se deve ao público de cursistas oriundos da base do Quadro Funcional da Polícia Civil do Paraná e também pela sua experiência na captação de discentes. O número de interessados pelos cursos tem aumentado substancialmente, reflexo do histórico das turmas anteriores e em andamento. Aqui **sugere-se uma política sistemática de acompanhamento dos egressos e sua posterior divulgação para toda a comunidade.** Há uma valorização muito forte dos discentes em relação ao trabalho desenvolvido pela ESPC e isso pode ser visto nos depoimentos onde, segundo os quais, o atendimento humanista tem sido algo mais intenso e dessa forma, reflexo dos cursos ofertados. Uma **sugestão é de que o Manual do Aluno possa ser específico para cada nível**, assim, um Manual detalhado para o aluno do curso de pós-graduação.

Apesar da gestão desenvolver trabalho de acompanhamento das turmas em relação ao abandono, sugere-se que mais ações sejam desenvolvidas e, assim como no atual curso, os demais que estão por vir tenham o mesmo acompanhamento. (fls. 628; mov. 18) (destaques nossos).

Neste tópico, foram feitos 3 tipos de recomendações, que serão ponderadas individualmente:

(i) sugestão de uma política sistemática de acompanhamento dos egressos e sua posterior divulgação para toda a comunidade – CONTEMPLADA – uma vez que há referências em PDI de cursos de atualização obrigatórios a todos os egressos, fazendo com que os mesmos retornem em ambiente de ensino anualmente e, assim, mantenham o contato com a ESPC. Isto, possibilita o acompanhamento da evolução dos servidores policiais civis e a recepção de sugestões desses egressos, para o aprimoramento de nossas atividades. Exemplo de menção em PDI: “A segunda categoria de instrução, são os cursos de atualização. A eles, os policiais são submetidos de tempos em tempos, dentro de um ciclo trianual, a três cursos básicos: o de Atualização em Armamento e Tiro (primeiro ano), o de Investigação Policial Criminal (segundo ano) e o de Operação Policial (terceiro ano). Ao final de um ciclo desses três cursos, recomeçam as instruções, seguindo-se a mesma ordem, para que os policiais se mantenham atualizados nessas competências” (pág. 11, do PDI). Além disso, a pesquisa de interesse de cursos (fls. 62 e fls. 88), realizada com os egressos, anualmente, também integra a política de acompanhamento.

Os cursos avançados (assim como os de atualização) são ofertados de maneira sistemática e compõem a política de acompanhamento aos egressos, por propiciar o conhecimento aprofundado de matérias especializadas com as quais costumam ter contato durante o exercício da atividade policial. Exemplo de menção em PDI: “A categoria cursos avançados foi criada recentemente e é desenvolvida principalmente pelas delegacias especializadas, que têm conhecimento muito profundo em determinadas temáticas, por exemplo: Delegacia do Adolescente, Delegacia da Mulher, Delegacia do Consumidor, Delegacia de Crimes Ambientais, Delegacia de Furtos e Roubos, dentre outras. Essas delegacias, via de regra, estão presentes na capital e nos municípios maiores, sendo salutar que desenvolvam instruções com procedimentos operacionais padrão de sua unidade, relacionadas à temática de que trata, para assim difundir a todas as outras delegacias de polícia, que são territoriais e, portanto, tratam desses assuntos também na circunscrição de sua delegacia.

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

Isto, para facilitar o trabalho dos policiais e trazer uma maior qualidade para as peças elaboradas, para as investigações e para o trabalho da Polícia Judiciária como um todo” (fls. 12, do PDI).

Figura 08 – Ilustração: Ação voltada a egressos – Curso Avançado.

[...]

Algumas atividades de acompanhamento chegam a ser ofertadas, inclusive, a egressos que não mais pertencem aos quadros da “ativa” da carreira policial. Segue exemplo de curso de atualização ofertada a policiais civis aposentados.

Figura 10 – Ilustração: Ação voltada a egressos – Curso de Atualização para Policiais Aposentados.

[...]

Como último exemplo de acompanhamento sistemático dos egressos, falando agora exclusivamente dos discentes de pós-graduação, pode ser citado o encontro para tratar das defesas públicas de Trabalho de Conclusão de Curso.

Por identificar a necessidade de saneamento procedimental, uma vez que em gestões anteriores não havia limitação de prazo para a defesa de TCC e, conseqüentemente, para a conclusão de um dos cursos de Especialização promovidos pela ESPC, foi ofertada uma última oportunidade de apresentação dos trabalhos, defesa pública e avaliação para a obtenção do título.

Sensíveis ao fato de que alguns alunos tinham recebido as orientações de metodologia há vários meses (ou anos), foi promovido encontro (acesso virtual e presencial) para que: as dúvidas fossem sanadas, sugestões individuais a respeito das datas de defesa e o setor de pós-graduação da ESPC reforçasse a disponibilidade para qualquer informação adicional.

Figura 11 – Ilustração: Encontro com egressos de curso de pós-graduação.

[...]

As imagens do *website* reforçam o compromisso desta ESPC em divulgar as ações que integram a política de acompanhamento aos egressos.

(ii) sugestão para que o Manual do Aluno possa ser específico para cada nível: Neste ponto, cumpre destacar a especificidade de unidade de ensino vinculada à atividade policial, cujos mandamentos podem implicar em deveres funcionais. Por isso, optou-se em adotar estratégia de compilado único de regulamento, com o objetivo de – a partir do curso de formação técnico-profissional até o final da carreira policial – criar uma consciência institucional acerca de princípios, valores e proibições, o que contribui, e.g., com a consolidação de condutas éticas esperadas e com a diminuição dos riscos de cometimento de transgressão funcional. Mesmo diante dessa justificativa, como exercício de aprimoramento, a sugestão de Manual do Aluno específico para, por exemplo, discentes de pós-graduação, será debatida em C.P.A. e, se for o caso, levada à análise do Conselho Superior da Polícia Civil, instância competente para aprovar alterações no Manual do Aluno.

(iii) sugestão para que sejam desenvolvidas mais ações para evitar o abandono de cursos: Sem abandonar as ações existentes, nem deixar de buscar outras formas de acolher e incentivar os servidores policiais civis a se matricularem e concluírem os cursos ofertados pela ESPC, acreditamos que a nova Lei Orgânica e Estatuto da PCPR (em vigor), contribuirá a contento com a demanda.

Em ponto específico, a subjetividade foi substituída por critérios objetivos para fins de progressão na carreira policial, sendo obrigatória a frequência e a conclusão de cursos ofertados pela ESPC ou por entidade de ensino, reconhecida e credenciada pelo Departamento da Polícia Civil, conforme o disposto a seguir:

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

Art. 64. A promoção e a elevação seletiva, gradual e sucessiva do servidor policial civil estável a vaga de classe imediatamente superior àquela que pertença, pelos critérios de antiguidade e merecimento, na proporção de 2/5 (dois quintos) e 3/5 (três quintos), respectivamente, na forma da regulamentação específica.

(...)

Art. 68. São requisitos indispensáveis para a promoção por antiguidade e merecimento nos cargos da Polícia Civil:

(...)

III - conclusão, com aproveitamento, de curso de aperfeiçoamento profissional.

Art. 71. O curso de aperfeiçoamento profissional, referido no inciso III do art. 68, cujo conteúdo observara a complexidade das atribuições dos cargos e os níveis de responsabilidade de cada classe, será ofertado aos servidores até o semestre anterior ao cumprimento do interstício exigido para promoção.

§ 1º. Os cursos de aperfeiçoamento válidos para a promoção serão definidos pelo Conselho Superior de Polícia e oferecidos pela Escola Superior da Polícia Civil ou por entidade oficial de ensino, nacional ou estrangeira, devidamente reconhecida e credenciada pelo Departamento da Polícia Civil.

XIII. Ausência de espaço exclusivo para atendimento aos alunos.

4.5.4 Espaços para atendimento aos alunos

Conceito: 4

Justificativa: *não há um espaço específico destinado aos cursistas.*

Todavia, a instituição informou que a **sala de reuniões** e espaço utilizado para atendimento aos cursistas, incluindo encontros por videoconferência, se necessário. Assim, entende que o espaço atende muito bem as necessidades específicas da Escola Superior da Polícia Civil (fls. 629; mov. 18) (destaques nossos).

Por adotarmos a definição de *reunião* como o encontro de duas ou mais pessoas, a fim de tratar de assuntos determinados, acreditamos que a sala de reuniões é local específico (embora não exclusivo) para atendimento a discentes.

O espaço em comento, além de atender critérios de limpeza, iluminação, ventilação etc., não se restringe a reuniões presenciais, possuindo equipamentos aptos à transmissão de videoconferências, *s.m.j.*, superando as necessidades esperadas de espaço para atendimento a alunos.

XIV. Recomendações a respeito da infraestrutura física e do acervo da biblioteca.

4.5.7 Biblioteca: infraestrutura física

Conceito: 4

Justificativa: A infraestrutura física atende muito bem as necessidades institucionais, especialmente no que se refere ao espaço físico, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e adequação a necessidades educacionais especiais, instalações para o acervo, espaço para técnico-administrativos e plano de expansão física.

Não há ambiente de estudo individual, todavia, pela especificidade da ESPC não há como visualizar como problema, afinal, cursistas possuem quartos onde ficam acomodados durante os cursos (fls. 629/630; mov. 18) (destaques nossos).

4.5.8 Biblioteca: acervo físico e ou virtual

Conceito: 4

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

Justificativa: considera-se o **acervo físico como incipiente**, especialmente para o curso de pós-graduação em andamento e os novos que serão criados. Contudo, há um **convênio com a UNICESUMAR**, onde os cursistas tanto **podem frequentar e emprestar livros no espaço físico** da biblioteca como também, pode **consultar o acervo virtual** da Instituição de Ensino Superior conveniada (fls. 630; mov. 18) (destaques nossos).

4.5.9 Serviços e informatização de acesso aos acervos

Conceito: 3

Justificativa: os serviços de acesso aos acervos atendem de maneira suficiente as necessidades institucionais, considerando que **não há profissionais da área da biblioteconomia**, mas possui acesso via internet, informatização do acervo, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento adequado a realidade dos cursistas (fls. 630; mov. 18) (destaques nossos).

4.5.10 Plano de atualização do acervo

Conceito: 3

Justificativa: o plano de atualização do acervo (físico e ou virtual) previsto atender de maneira suficiente as necessidades institucionais. Assim como registrado na avaliação do item anterior, há um acervo ainda incipiente ao considerar a estrutura da Instituição e número de cursistas. Quando abordado essa questão junto aos docentes e discentes, eles apontam que há deficiências, mas que, **quando necessitam de aquisição de obras, passam diretamente aos responsáveis e que estes são adquiridos**. No geral **não vislumbram a Biblioteca como instrumento desfavorável para a realização de trabalhos, pesquisas e leituras**. Reconhece aqui, a necessidade da ampliação e atualização do acervo atinente aos cursos ofertados (fls. 630; mov. 18) (destaques nossos).

A justificativa para agrupar as quatro recomendações acima, deve-se pelo fato de os questionamentos fazerem referência a tema único – biblioteca da ESPC – variando de acordo com a dimensão da infraestrutura física, da ausência de “profissionais da área de biblioteconomia” e da magnitude dos acervos físico e virtual da biblioteca desta unidade de ensino.

Importa mencionar que as justificativas referentes a cada recomendação acabam por afastarem as críticas. O uso do alojamento disponibilizado pela ESPC supera a ausência de ambiente de estudo individual; o acordo com centro universitário parceiro confere aos alunos o acesso a amplos acervos físico e virtual e eventual demanda por título específico é suprida pela ESPC, assim que comunicada por discente ou docente.

Ademais, como os Avaliadores constataram, os atores da comunidade acadêmica “não vislumbram a Biblioteca como instrumento desfavorável para a realização de trabalhos, pesquisas e leituras”.

Tais ponderações são essenciais na administração pública, que tem o dever de zelar pela qualidade do gasto público, uma vez que o Governo do Estado (a quem a Polícia Civil encontra-se subordinada) não cria recursos financeiros a serem aplicados em seus projetos e sim arrecadam tais recursos (impostos) da sociedade.

Ao avaliar qualquer recomendação de expansão da infraestrutura e do acervo da biblioteca ou a contratação de profissional de biblioteconomia, devemos aferir seus benefícios e a efetividade da empreita, que devem superar os custos para sua realização.

Os investimentos financeiros na biblioteca da ESPC e na contratação de profissional por ela responsável devem responder a um problema bem delimitado e pertinente, além de atender a um objetivo claro que justifique o financiamento estatal; o que, *s.m.j.*, não existe, conforme depoimentos de discentes e docentes, constatação dos Avaliadores e demanda praticamente

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

inexistente apresentada a esta unidade de ensino. Vale dizer que em nenhum processo de avaliação interna foram mencionadas demandas referentes à biblioteca.

Assim sendo, a incipiente demanda e a ausência de prejuízos às atividades didático pedagógicas desaconselham o investimento de recursos financeiros públicos para a contratação de profissional da área de biblioteconomia, ampliação da infraestrutura da biblioteca e o incremento dos acervos físico e virtual.

Em relação à contratação de profissional de biblioteconomia existe, ainda, limitação de ordem legal, uma vez que o ingresso na Polícia Civil paranaense ocorre somente por meio de aprovação em concurso público e inexistente tal carreira no âmbito policial.

Para encerrar o tema, como citado em PDI, há projeto de construção de nova sede da ESPC, que possibilita a previsão de biblioteca ampla e desaconselha qualquer investimento em ampliação da infraestrutura na unidade atual. Ademais, conforme pesquisa de demanda indique, poder-se-á apresentar plano de aquisição de títulos diversos a integrarem o novo ambiente.

XV. Recomendações relacionadas a egressos, Manual do Aluno e ações para enfrentar o abandono de cursos.

Conceito Global da Dimensão 5

Conceito: 4,5

Conceito Global descritivo da Dimensão 5

Quando se trata da infraestrutura utilizada pela ESPC, por ser espaço da própria IES, sua estrutura é muito boa. Conta neste prédio com salas de aula, secretaria, biblioteca, laboratório, auditório, completa estrutura administrativa e refeitório. Todas as salas são equipadas com sistema de projeção e computadores, cadeiras com braços e quadro branco. A iluminação em todos os locais é excelente, assim como a existência de janelas.

A única ressalva é a inexistência de sanitários para pessoas com deficiência, o que já foi justificado e que está sendo providenciado pela gestão institucional (fls. 631/632; mov. 18) (destaques nossos).

Conforme o mencionado, encontra-se em andamento o projeto para a adaptação de instalação sanitária desta ESPC para pessoa com deficiência. Vale pontuar, porém, que atualmente inexistente demanda para o seu uso, como informado em PDI: “O ingresso na Instituição Policial Civil é realizado via certame público, que prevê avaliação de higiene física e mental, diante de competências inerentes à atuação policial, o que acaba por restringir o ingresso de servidor com necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida. Mesmo em casos de limitações ou de incapacidades adquiridas ao longo da carreira, a depender do grau de comprometimento, ocorre o afastamento do policial de forma temporária (licença) ou definitiva (aposentadoria), fazendo com que sejam poucos os casos em que a acessibilidade e o atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas com necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, sejam demandados à ESPC”.

XVI. Sugestões finais apresentadas a fls. 634.

- ampliação do acervo da biblioteca;

Manifestação apresentada no item XIV, desta Informação.

- incluir e padronizar os PDI com ações propostas e realizadas em diversas dimensões;

Importa mencionar novamente que o PDI foi construído a partir do disposto em regulamentação vigente, i.e., segundo o determinado no artigo 29, parágrafo único, da Deliberação nº 06/2020 – CEE/PR c/c item 4, do Anexo II.

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

Por tal motivo, seguiu-se de forma rigorosa os itens do Anexo VIII (que não utilizam a mesma nomenclatura das dimensões), do documento citado, sendo que cada um dos itens apresentados no anexo acabaram coincidindo com os capítulos do PDI.

As “dimensões” foram contempladas em PDI, embora em alguns casos a nomenclatura não seja a mesma, mas as informações a elas referentes encontram-se presentes. Apesar disso, para simplificar a leitura dos próximos Avaliadores, a sugestão para o uso da forma padronizada das Dimensões será debatida pela C.P.A..

- implementar relatórios de acompanhamento de egressos e divulgar por vários meios a comunidade interna e externa;

Manifestação apresentada no item XII, desta Informação.

- publicar interna e externamente os resultados da CPA (utilizar o website);

Manifestação apresentada no item IV, desta Informação. Importa lembrar especificidade da ESPC que, por ser unidade de ensino policial, envolve assuntos de classificação restrita, o que impede sua divulgação em ambiente aberto de sites (da ESPC e da Polícia Civil) e em redes sociais.

- que os novos cursos a serem ofertados, especialmente o que se refere ao enfrentamento da violência escolar, tenham vagas ofertadas as demais secretarias envolvidas (Educação, Justiça etc.) e, neste caso, até mesmo a professores da Rede Estadual de Educação;

A intenção de ofertar as vagas de alguns dos cursos promovidos por esta ESPC a outras secretarias de estado (que tenham afinidade com o tema) já foi manifestada, inclusive aos Avaliadores em visita técnica.

XVII. Recomendações finais apresentadas à fl. 634.

- Compartilhar, quando possível, com vagas de cursos reconhecidamente como imprescindível para profissionais de outras secretarias e órgãos que atuam diretamente com o tema abordado: violência escolar, feminicídios, etc;

Prática já adotada pela ESPC e garantida por previsão em edital, a exemplo do Edital nº 003/2023 (Projeto nº 02/2023), do último curso ofertado – Curso de Pós -Graduação *Latu Sensu* “Teoria da Justiça e Decisão Moral de Policiais”.

- quando concluído, divulgar para a comunidade externa, inclusive instituições escolares, o trabalho de resgate histórico-cultural através da exposição de acervo próprio;

As exposições e visitas já ocorrem, conforme manifestação apresentada no item VIII, desta Informação.

- finalização do plano de acessibilidade com a adequação dos sanitários disponíveis na IES;

Projeto já em andamento, conforme manifestação apresentada no item XV, desta Informação.

- adequação do sistema avaliativo institucional (CPA) a legislação vigente;

O sistema avaliativo institucional segue a legislação vigente

- observar o cumprimento da Resolução CNE/CES n.º 01/2018;

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

Esta unidade de ensino cumpre a Resolução n.º CNE/CES 01/2018.

Diante da manifestação dos pontos objetos de recomendações e sugestões, finalizo esta Informação, que submeto à análise do Exmo. Sr. Diretor desta Escola Superior de Polícia Civil; esclarecendo, ainda, que o processo de credenciamento tem sido uma oportunidade de aprendizado e aperfeiçoamento para todos os servidores e funcionários desta unidade de ensino.

Da análise do relatório da Comissão de Avaliação Externa e da Manifestação Institucional, constata-se que a Instituição ofereceu condições e informações para que a avaliação externa fosse realizada dentro dos parâmetros indicados para cada dimensão. Além disso, demonstrou acolher as sugestões e analisar os apontamentos que indicam necessidades de melhorias para os diferentes setores da IES, assumindo o compromisso de otimizar as ações sugeridas e colocar em prática as ideias pontuadas pela Comissão de Avaliação Externa.

Nota-se que a IES disponibilizou as informações necessárias, permitindo à Comissão uma avaliação ampla e detalhada dos aspectos que mereceram atenção especial.

Dessa forma, os esclarecimentos prestados pela ESPC, referentes às recomendações da Comissão de Avaliação Externa por dimensão, demonstram com clareza os aspectos que necessitam de adequações e melhorias, bem como as providências tomadas.

Por fim, o relatório da Comissão indica os pontos favoráveis da instituição, as dificuldades e apresenta sugestões para o seu contínuo aperfeiçoamento e manutenção na qualidade da oferta.

Constata-se a necessidade da IES, por ocasião do próximo pedido de credenciamento, atentar para o atendimento à Lei Federal n.º 12.244, de 24/05/2010.

III – VOTO DO RELATOR

Face ao exposto, este relator é favorável ao credenciamento junto ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná, da Escola Superior de Polícia Civil do Paraná (ESPC), mantida pela Polícia Civil do Paraná, para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, exclusivamente na área de Segurança Pública, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir de 12/11/23 a 11/11/28, com fundamento nos artigos 8º, e 28 a 30 da Deliberação CEE/PR n.º 06/20.

Determina-se que a IES, por ocasião do próximo pedido de credenciamento, atenda à Lei Federal n.º 12.244, de 24/05/2010.

E-PROTOCOLO DIGITAL Nº 20.457.116-3

Recomenda-se o atendimento às sugestões da Comissão de Avaliação Externa, no que for pertinente.

Encaminhe-se cópia deste Parecer à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (Seti), para fins de homologação e providências com vistas à emissão de Decreto Estadual (artigo 30, da Deliberação CEE/PR n.º 06/20).

Devolva-se o processo à instituição para constituir fonte de informação e acervo.

É o Parecer.

Aurélio Bona Júnior
Relator

DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova o Voto do Relator, por unanimidade.

Curitiba, 06 de novembro de 2023.

Fátima Aparecida da Cruz Padoan
Presidente da CES